



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RELATÓRIO TRF2 0752825

**RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA
E PARECER DE CONTAS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO
EXERCÍCIO 2024**

Natureza: Relatório Anual de Auditoria Interna e Parecer de Contas da JF2 - Exercício 2024.

Unidades Gestoras (UGs) Auditadas: TRF2 (UGs 090028, 090034, 090048, 090054), SJRJ (UG 090016) e SJES (UG 090014)

Ato Originário: Plano Anual de Auditoria 2024 (PAA2024), aprovado pelo Órgão Colegiado do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) por meio da TRF2-CET-2023/02401.

Objeto: Prestação de Contas dos órgãos da Justiça Federal da 2ª Região (JF2), relativas ao exercício de 2024.

Objetivo: Relatar as atividades realizadas pela Auditoria Interna no exercício (Art. 5º da Resolução CNJ n. 308/2020) e avaliar a regularidade da Prestação de Contas dos gestores da JF2, em todos os aspectos relevantes, e a conformidade das transações subjacentes (IN-TCU-84/2020 c/c DN-TCU-198/2022).

Período abrangido pela auditoria: 01/01/2024 a 31/12/2024.

Supervisor (Art. 27, Res. CNJ 309/2020):

Raphael Junger da Silva (Diretor da Secretaria de Auditoria Interna - SAI/TRF2)

Auditores Responsáveis (Art. 29, Res. CNJ 309/2020):

Rosana Cucino Tinoco (Diretora da Subsecretaria de Auditoria Interna - SAU/SJRJ)

Mário Carvalho Cabral (Diretor da Divisão de Auditoria - DIAUD/SAI/TRF2)

Adriana Dias Couto (Diretora da Divisão de Auditoria Especializada em Gestão de Pessoas - DIAUP/SAI/TRF2)

Fábio Santos Trevisan (Diretor da Divisão de Auditoria Interna - DAI/SJES)

Processos de Auditoria 2024 relacionados:

0002869-57.2024.4.02.8000 (AUDITORIA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES); 0002871-27.2024.4.02.8000 (AUDITORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO); 0002875-64.2024.4.02.8000 (AUDITORIA DE NOMEAÇÕES); 0002877-34.2024.4.02.8000 (AUDITORIA DE PASSIVOS DE PESSOAL); 0002881-71.2024.4.02.8000 (AUDITORIA DE REEMBOLSO DE REQUISITADOS); 0002902-47.2024.4.02.8000 (AUDITORIA DAS AUTORIZAÇÕES DE ACESSO/DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS - IN TCU Nº87/2020); 0002891-18.2024.4.02.8000 (AUDITORIA DE PRECATÓRIOS E REQUISITÓRIOS DE PEQUENO VALOR); 0002886-93.2024.4.02.8000 (AUDITORIA DA EXECUÇÃO DA DESPESA E GESTÃO CONTRATUAL); 0002893-85.2024.4.02.8000 (AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS); 0002897-25.2024.4.02.8000 (AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS - IN TCU 84/2020); 0002901-62.2024.4.02.8000 (Auditoria Especial em Governança com foco em Integridade - Res. CNJ 410/2021); 0002906-84.2024.4.02.8000 (AUDITORIA ESPECIAL NO CCJF); 0000459-26.2024.4.02.8000 (AUDITORIA COORDENADA CNJ - POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO FEMININA).

1 - INTRODUÇÃO

Conforme previsto no Plano Anual de Auditoria 2024 (<https://static.trf2.jus.br/nas-internet/documento/transparencia/auditorias/paa/plano-anual-de-auditoria-jf2-2024.pdf>), aprovado pelo Órgão Colegiado do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) por meio da TRF2-CET-2023/02401, foram realizadas auditorias das demonstrações contábeis da Justiça Federal da 2ª Região, bem como da conformidade das transações subjacentes a essas demonstrações, e auditorias especiais, abrangendo as principais áreas de negócio administrativas do TRF2 e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES).

As ações de auditoria previstas no PAA2024 foram executadas pela Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (SAI/TRF2), pela Subsecretaria de Auditoria Interna da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SAU/SJRJ), e pela Divisão de Auditoria Interna da Seção Judiciária do Espírito Santo (DAI/SJES), órgãos que compõem o Sistema de Auditoria Interna da Justiça Federal da 2ª Região (SIAUD/JF2), nos termos da Resolução CJF 676 de 23/11/2020.

As Resoluções CNJ 308 e 309 de 11/3/2020 reorganizaram as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário nacional, criaram a Comissão Permanente de Auditoria (CPA), aprovaram as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário (DIRAUD-Jud), e deslocaram a subordinação funcional das unidades de auditoria interna para o Órgão Colegiado competente dos Tribunais (Art. 4º, I, da Res. CNJ 308/2020), exigindo a apresentação de relatório anual das atividades à esse Eg. Colegiado, conforme segue:

"Art. 4º A unidade de auditoria interna do órgão reportar-se-á:

I - funcionalmente, ao órgão colegiado competente do tribunal ou conselho, mediante apresentação de relatório anual das atividades exercidas, observado o disposto no art. 5º, § 2º, desta Resolução;"

Ainda, a Instrução Normativa TCU 84, de 22/4/2020, que redefiniu as normas para a tomada e prestação de contas dos administradores no âmbito da Administração Pública Federal (APF), imputou às unidades de auditoria interna a responsabilidade por realizar auditoria contábil-financeira das contas, inclusive transações subjacentes, com base nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs) e nas Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas de Auditoria (NBC-TAs), e emitir relatório e certificado (Art. 13, §§ 1º e 2º, da IN TCU 84/2020), ambos com parecer de auditoria, até 31/03 de cada ano, para publicação juntamente com a prestação de contas dos Órgãos da APF à Sociedade, conforme segue:

"Art. 13. A auditoria nas contas tem por finalidade assegurar que as prestações de contas tratadas no título II desta instrução normativa, expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis.

§ 1º Os trabalhos de auditoria nas contas devem ser realizados em conformidade com as normas e padrões nacionais e internacionais de auditoria do setor público.

§ 2º Ao realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão emitir relatório de auditoria e certificados de auditoria, estes contendo os pareceres do dirigente do órgão de controle interno responsável técnico pela condução da auditoria, nos termos do inciso III do art. 9º e do inciso II do art. 50 da Lei 8.443, de 1992, observado o parágrafo único do art. 18 desta instrução normativa."

Assim, o presente relatório anual de auditoria interna, fruto dos marcos regulatórios da atividade de auditoria governamental, presta-se ao atendimento, tanto do Art. 4º, I, da Res. CNJ 308/2020, quanto do Art. 13, §§ 1º e 2º, da IN TCU 84/2020 c/c DN TCU 198/2022.

1.1- VISÃO GERAL DO OBJETO

As organizações que compõem o setor público têm o dever de prestar informações acerca de sua atuação para aqueles que proveem os seus recursos. De modo a cumprir essa obrigação relacionada à prestação de contas e à responsabilização (*accountability*), os aspectos patrimoniais, financeiros e orçamentários de uma entidade, bem como o seu desempenho e os correspondentes fluxos de caixa, são normalmente apresentados na forma de demonstrações contábeis.

Essas demonstrações devem representar fidedignamente os fenômenos econômicos e outros ocorridos ao longo de um determinado período de tempo (exercício financeiro), de modo que sejam úteis aos seus usuários. Na elaboração dessas informações, devem ser atendidos os critérios exigidos nas normas contábeis vigentes e sua publicação deve observar a estrutura de relatório financeiro aplicável à entidade prestadora de contas.

Considerando que a omissão ou incorreção de alguns dados podem fazer com que essa representação se torne enganosa ou falsa, a auditoria financeira se torna um importante instrumento de fiscalização para a verificação da

confiabilidade das demonstrações contábeis divulgadas. Uma vez que a opinião formada a partir dos procedimentos executados fornece segurança razoável sobre a existência ou não de distorções, os usuários esperam obter, a partir da realização de auditorias periódicas, um maior grau de confiança nesses demonstrativos.

As atividades de planejamento e administração orçamentária e financeira na Justiça Federal de 1º e 2º Graus são organizadas de forma sistêmica, tendo como órgão central o Conselho da Justiça Federal (CJF), cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões (administrativas) possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal, conforme estabelecem o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição da República Federativa do Brasil, e o art. 3º da Lei nº 11.798/2008.

A Justiça Federal da 2ª Região (JF2), por sua vez, é composta pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e pelas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), cada uma dessas unidades gestoras (UGs), com autonomia financeira e orçamentária.

No Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), as UGs da JF2 são assim designadas:

- UG 090028 - Tribunal Regional Federal 2ª Região - Executora

- UG 090054 - Tribunal Regional Federal 2ª Região - Escola de Magistratura Regional Federal (EMARF) - Executora

- UG 090034 - Tribunal Regional Federal 2ª Região - Orçamentária

- UG 090048 - Tribunal Regional Federal 2ª Região - Pagamento de Precatórios e Requisitórios de Pequeno

Valor - RPVs - Executora

- UG 090016 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Executora

- UG 090014 - Seção Judiciária do Espírito Santo - Executora

Os registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial, ocorridos, ou que deveriam ocorrer, por meio das UGs da JF2, bem como atos de gestão constantes dos processos administrativos, que suportam tais registros no SIAFI, são o objeto de auditoria deste relatório.

1.2- OBJETIVOS

Segundo a ISSAI 200 (Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores), o propósito de uma auditoria de demonstrações financeiras é aumentar o grau de confiança dos usuários nessas demonstrações; para isso, os auditores devem realizar testes de auditoria (testes de controle e testes substantivos), que lhes forneçam meios de expressar, com segurança razoável, opinião sobre a existência ou não de distorções relevantes nas informações financeiras divulgadas, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia absoluta de que a auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais, sempre irá detectar uma distorção relevante ou um desvio de conformidade, quando esse existir. As distorções nas demonstrações contábeis e os desvios de conformidade nas operações, nas transações ou nos atos subjacentes podem ser decorrentes de fraude ou erro e são considerados relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas com base nas contas auditadas.

No caso da JF2, a estrutura de relatório financeiro aplicável para a elaboração das demonstrações contábeis inclui:

- Lei 4320/1964, LC 101/2000 e demais normas aplicáveis

- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP

- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP

- Normas contábeis emitidas pela Secretaria de Tesouro Nacional - STN ou disposições de leis e regulamentos aplicáveis a JF2

Assim, pode-se afirmar que **o objetivo deste trabalho foi, por meio da aplicação de testes de controle e/ou testes substantivos, colher evidências que permitam aos auditores opinar, com segurança razoável, se as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da JF2 em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, e se os Atos de Gestão subjacentes a essas demonstrações estão em conformidade com as leis e os regulamentos.**

Para atingir esse objetivo, foram formuladas as seguinte questões de auditoria:

1ª Questão: os bens imóveis da União de uso das UGs que compõem a JF2 estão registrados nas demonstrações contábeis, passaram por reavaliação patrimonial e os lançamentos contábeis de acréscimo e diminuição patrimonial ocorridos ao longo do exercício financeiro foram realizados tempestivamente e em atendimento às orientações constantes no MCASP e PCASP?

2ª Questão: os processos de pagamento de pessoal possuem os documentos hábeis para o registro dos lançamentos contábeis e tais registros estão corretamente efetuados por competência e em atendimento às orientações

constantes no MCASP e PCASP?

3ª Questão: os processos de pagamento de precatórios e RPV's possuem documentos hábeis que suportem os lançamentos contábeis, estando tais registros adequadamente mensurados em atendimento às normas aplicáveis, inclusive no que tange a sua atualização?

4ª Questão: a apresentação das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, expressam, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e orçamentária do órgão de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável?

5ª Questão: os Atos de Gestão, constantes dos processos de administração de materiais e patrimônio da JF2, foram executados em conformidade com as leis e os regulamentos?

6ª Questão: os Atos de Gestão, constantes dos processos de pessoal da JF2, foram executados em conformidade com as leis e os regulamentos?

7ª Questão: os Atos de Gestão, constantes dos processos de compras e contratações da JF2, foram executados em conformidade com as leis e os regulamentos?

8ª Questão: os Atos de Gestão, constantes dos processos de pagamento de precatórios e requisitórios de pequeno valor (RPV) da JF2, foram executados em conformidade com as leis e os regulamentos?

1.3- ESCOPO

Este trabalho foi desenhado a partir de uma abordagem conhecida como "auditoria baseada em risco", na qual a equipe de auditoria utiliza seu conhecimento prévio do objeto de auditoria para direcionar os esforços e as horas de análise dos auditores para os processos de trabalho considerados mais sensíveis, seja pelo alto volume de transações, pela complexidade do processamento, ou pelo ambiente de controle deficiente (ausência de sistemas automatizados confiáveis, controles internos ineficazes, etc) sendo, portanto, áreas de risco mais elevado.

Para a definição das áreas de alto risco a serem auditadas, foi extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) o balancete consolidado das UGs que compõem a 2ª Região, contendo o saldo existente em **31/07/2024** de todas as contas contábeis. A partir dos dados coletados, foram desconsideradas as contas das classes 5 a 8, permanecendo para a análise as contas do ativo (1), do passivo (2), de despesas (3) e de receitas (4).

De posse dessas informações, a etapa seguinte tratou de estabelecer a materialidade a ser trabalhada, caracterizando-se como o nível a partir do qual as distorções na informação ou as não conformidades do objeto da auditoria serão consideradas relevantes para fins da auditoria. Para tanto, adotou-se, sistematicamente, os percentuais constantes do Art. 22 da DN TCU 198/2022.

A primeira materialidade a ser definida foi a global, doravante denominada MG. Essa materialidade estabelece um limite a partir do qual a conta contábil afeta as decisões de usuários e, portanto, apresenta-se como de risco para a auditoria financeira, uma vez que incorreções presentes nos seus lançamentos levariam a conclusões equivocadas. Para a MG, utilizou-se o percentual de 2% (inc. I, Art. 22 da DN TCU 198/2022) sobre o valor da despesa empenhada consolidada da JF2, pois reflete razoavelmente o nível da atividade financeira do órgão, que possui uma despesa significativa com pessoal e precatórios.

A segunda materialidade determinada foi a de execução, doravante denominada ME. É com base na ME que as contas a serem analisadas, por relevância quantitativa, são selecionadas. Essa materialidade é fixada em um percentual sobre a MG para reduzir, a um nível adequadamente baixo, a probabilidade de que, em conjunto, distorções não corrigidas e não detectadas possam ultrapassar a materialidade global, evitando-se, assim, o denominado "efeito combinado" (risco de agregação). O fator determinante para a definição da ME é o julgamento profissional, considerando aspectos como a expectativa de distorções. Para a ME, adotou-se o percentual de 50% sobre a MG (inc. II, Art. 22 da DN TCU 198/2022).

Por fim, o terceiro limite estabelecido foi o de acumulação de distorções, doravante denominado LAD. Esse é o teto abaixo do qual as distorções encontradas são desprezadas por serem consideradas claramente triviais (imateriais) e, portanto, não são acumuladas, exceto quando se apresentarem relevantes pela natureza (fraude). Para a LAD, adotou-se o percentual de 5% sobre a MG (inc. III, Art. 22 da DN TCU 198/2022) para todas as contas auditadas.

Encerrada a delimitação dos limites de materialidade e distorção a serem trabalhados, os valores a eles referentes podem ser descritos na tabela a seguir:

Tabela nº 1 - Materialidade, percentuais e valores de referência (JF2)

Materialidade	Parâmetro	31/7/2024 Valor (R\$)
Despesas Empenhadas	Valor de referência	5.735.411.028,45
Global (MG)	2% das despesas empenhadas	114.708.220,57

Execução (ME)	50% da MG	57.354.110,28
LAD	5% MG	5.735.411,03

Fonte: Balancete consolidado da 2ª Região extraído no SIAFI, posição em 31/07/2024.

Por fim, aplicaram-se os parâmetros anteriormente definidos sobre os dados existentes nos balancetes do TRF2, da SJRJ e da SJES em 31/07/2024. Assim, foram selecionadas as contas contábeis cujos saldos ultrapassaram a ME calculada, no valor de R\$ 57.354.110,28. Todavia, observou-se a necessidade de estender a análise a outras contas que, embora estivessem abaixo desse limite, poderiam influenciar a tomada de decisão dos usuários, visto que estão diretamente interligadas com aquelas já selecionadas, devendo ser auditadas em conjunto. A relação completa das contas auditadas consta da tabela 2, do capítulo 2.2, do relatório final da auditoria contábil-financeira (0775155).

O escopo da auditoria contábil-financeira, não incluiu:

1) o exame da execução dos recursos recebidos de outros entes federativos, a exemplo dos registros referentes a pagamentos de requisitórios com valores repassados pelos Comitês Gestores e Entidades Não Integrantes do SIAFI (ENI's), uma vez que a responsabilidade pela auditoria desses recursos está além dos limites do relatório financeiro da entidade contábil e, portanto, fora do escopo da auditoria nas contas dos responsáveis pela JF2, e

2) os exames para verificar se as receitas de transferências do Orçamento Geral da União (OGU) no âmbito da JF2, apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais, em 31/12/2024, estão livres de distorções relevantes, pois tais receitas, excetuadas eventuais receitas próprias, são arrecadadas pela Receita Federal do Brasil, no nível do OGU, e são examinadas pela Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social (Secex Previdência), do TCU, que emite opinião de auditoria sobre elas.

No tocante à regularidade dos Atos de Gestão subjacentes às demonstrações contábeis, adotou-se, também, sempre que necessário, a metodologia de auditoria baseada em risco para definir o quantitativo de procedimentos a serem auditados em cada classe processual (Administrativo - ADM, Pessoal - PES, Execução Financeira e Orçamentária - EOF).

Quanto às auditorias de conformidade, o quantitativo de horas extrapola com muita margem de segurança a consecução de um escopo mínimo necessário para a certificação das contas anuais, nos moldes exigidos pela IN TCU-84/2020. Isto ocorre porque as atribuições das unidades de auditoria interna da JF2 não se limitam apenas à certificação de conformidade dos Atos de Gestão para fins de julgamento de contas. Os órgãos do SIAUD/JF2 atuam também, e principalmente, como 3ª linha de defesa dos órgãos da JF2, motivo pelo qual utilizam a plenitude dos recursos humanos colocados à sua disposição, em favor dos objetivos de conformidade institucionais, por meio da execução regular de auditorias internas em todas as áreas de risco.

Isto posto, considera-se muito bom o grau de execução do PAA2024. Tendo sido emitidos 13 (treze) dos 14 (quatorze) relatórios de auditoria interna previstos de forma totalmente integrada na JF2, com vistas a otimizar o tempo das equipes e melhorar a qualidade das informações apresentadas, além de garantir a uniformidade das técnicas e programas de trabalho utilizados. Por fim, cumpre informar que foi prevista a ação 1.4 CONSULTORIA NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO NO CONTEXTO DA NLLC, nos termos do Art. 58 da Resolução CNJ 309/2020, mas a pedido da Administração o referido trabalho foi substituído pela AUDITORIA ESPECIAL NO CCJF (0002906-84.2024.4.02.8000). Ainda, não foi possível realizar a ação 1.5 - CONSULTORIA NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS, cabendo destacar que ambos os trabalhos especiais (itens 1.5 e 1.4 do PAA2024) eram demandas da própria Administração, por isso, privilegiamos o apoio à demanda mais urgente.

Assim, as horas alocadas no PAA2024 permitiram que o escopo das auditorias de conformidade englobasse a análise dos Atos de Gestão constantes de 1.523 processos no ano de 2024, assim distribuídos entre os órgãos e classes processuais:

Tabela nº 2 - Quantitativos de Processos Auditados na JF2 por Classe/Órgão

Classe / Órgão	TRF2	SJRJ	SJES	JF2
PES	136	220	68	424
EOF	428	461	208	1.097
ADM	2	0	-	2

Total	566	681	276	1.523
-------	-----	-----	-----	-------

Fonte: Relatório estatístico de acompanhamento da execução do PAA2024 (SAI/TRF2)

2 - PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

As constatações de auditoria estão formalizadas no sistema SEI, por meio dos Relatórios de Auditoria e seus respectivos Achados de Auditoria, emitidos no bojo de cada trabalho realizado. Nos referidos relatórios e achados, encontram-se o detalhamento de eventuais desconformidades identificadas, bem como as normas afrontadas, os diagnósticos de causa e efeito, as recomendações da equipe de auditoria e as manifestações da unidade auditada, tudo com vistas a subsidiar e facilitar a deliberação da Alta Administração acerca dos assuntos assinalados, diretamente naqueles documentos.

2.1 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os resultados da auditoria contábil-financeira integrada da JF2 constam de seu relatório final (0775155), o qual evidencia que durante a fase de execução da auditoria foram emitidas, ao todo na JF2, 17 (dezesete) Notas de Auditoria - NAUs com a finalidade de comunicar as distorções identificadas. Os destinatários previstos nesses documentos foram as unidades administrativas responsáveis no TRF2, SJRJ e SJES, com vistas à correção das distorções reportadas e apresentação de justificativas para as distorções não corrigidas.

Ao final do exercício, foi emitido o Achado TRF2 N° 1/2024 (0149128), no âmbito da SJRJ e TRF2, que trata de inconsistências nas rotinas contábeis de férias. Os Achados representam falhas nos controles ou distorções não corrigidas durante a auditoria, através das NAUs emitidas. Na sequência, a equipe de auditoria destacou que:

(1) os bens imóveis da União de uso das UGs que compõem a JF2 estão registrados nas demonstrações contábeis e os lançamentos contábeis de acréscimo e diminuição patrimonial ocorridos ao longo do exercício financeiro foram realizados em atendimento às orientações constantes no MCASP e PCASP. Porém, cabe ressaltar que foram realizados ajustes pela STN referentes à reclassificação de valores entre as contas de reserva de reavaliação dos imóveis e resultados acumulados, para atendimento ao Acórdão do TCU 1.424/2024, e que a referida operação foi detalhada em notas explicativas às demonstrações contábeis e não impactaram nos totais de ativo e passivo do órgão;

(2) os registros contábeis relativos aos processos de pagamento de pessoal foram realizados e encontram-se adequados, exceto no que tange à situação apontada no Achado N° 1/2024 (0149128), que trata de inconsistências nas rotinas contábeis de férias, no âmbito do TRF2 e SJRJ;

(3) os processos de pagamento de precatórios e RPV's possuem os documentos hábeis que suportam os lançamentos contábeis, estando tais registros adequadamente mensurados em atendimento às normas aplicáveis, inclusive no que tange a sua atualização;

(4) a apresentação das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, expressam, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e orçamentária do órgão de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável.

Assim, extrai-se do presente trabalho, que, não obstante as situações mencionadas nos subitens 1 e 2, acima, as demonstrações contábeis da JF2, encerradas em 31 de dezembro de 2024, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e orçamentária do órgão, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

2.2 - CONFORMIDADE DAS TRANSAÇÕES SUBJACENTES

A emissão de opinião acerca da conformidade das transações subjacentes, para fins deste trabalho, toma por base as conclusões de todos os demais Relatórios de Auditoria (RELS) e seus respectivos Achados de Auditoria (ACHs), emitidos no bojo de cada trabalho realizado pelas unidades de auditoria interna da JF2, ao longo de 2024, os quais são sucintamente descritos a seguir:

2.2.1 - GESTÃO DE PESSOAS

2.2.1.1 - AUDITORIA DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Os trabalhos relacionados às aposentadorias e pensões concentraram-se no TRF2, uma vez que a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP/TRF2) processa tais atos de forma centralizada na JF2. Os atos de aposentadorias e pensões são editados pela Presidência do TRF2 antes de seu encaminhamento ao E. TCU por meio do sistema e-Pessoal. O escopo da auditoria das aposentadorias e pensões abrangeu a totalidade dos processos dessa natureza concluídos no ano de 2024 e seus resultados constam do relatório 0297089, onde verifica-se que no curso do trabalho foi emitido o Achado de

Auditoria TRF2 N° 3/2024 (divergência nas remunerações adotadas como base para contribuições previdenciárias, para fins de cálculo da média contributiva na definição de proventos iniciais de pensão), encaminhado ao setor auditado (SGP/TRF2), ficando, portanto, a monitorar em 2025.

Por fim, em que pese a emissão do achado de auditoria, a equipe conclui que:

- (1) os processos administrativos de concessão de aposentadorias e pensões foram instruídos corretamente, contemplando todas as informações e documentos necessários, obedecendo o disposto na Resolução CJF n° 643/2020;
- (2) foram observados os requisitos mínimos legais exigidos para a concessão de aposentadorias e pensões, bem como para as vantagens incorporadas pelo servidor (a)/instituidor(a);
- (3) os Formulários e-Pessoal foram preenchidos corretamente, sendo observados os termos da Instrução Normativa TCU n° 78/2018.

Ainda, a equipe de auditoria ressaltou que os procedimentos e rotinas de controle adotados pela SGP/TRF2 demonstraram-se satisfatórios, e que os processos relativos a concessões de aposentadorias e pensões e seus respectivos formulários e-Pessoal encaminhados ao E. TCU observaram os requisitos das leis e dos normativos que regem a matéria.

2.2.1.2 - AUDITORIA DOS PROCESSOS DE FOLHA DE PAGAMENTO

As folhas de pagamento (FOPAGs) são processadas em duas unidades de gestão de pessoas distintas na JF2. A FOPAG da SJES é processada pela Divisão de Gestão de Pessoas (DGP/SJES), enquanto que as FOPAGs do TRF2 e da SJRJ são processadas de forma separada, mas ambas pela SGP/TRF2, sendo certo que a ordenação de despesa é feita de forma individual, pelas Secretarias Gerais (SGs) do TRF2 e das Seções Judiciárias, que são responsáveis apenas pelas informações de suas respectivas FOPAGs. No ano de 2024, as unidades de auditoria interna da JF2 realizaram um trabalho integrado seguindo o mesmo programa de trabalho, respeitadas suas peculiaridades como tamanho das equipes e volume de processamento das FOPAGs auditadas.

Em vista das particularidades da auditoria das FOPAGs, foram considerados pela Equipe de Auditoria, como critério de seleção de processos a serem auditados, a relevância que eventuais falhas poderiam causar na remuneração das respectivas verbas. Nesse sentido, foram selecionadas, para o ano de 2024, os processos de (1) acertos financeiros decorrentes de desligamento de servidor/magistrado; (2) pagamento de indenização de férias a magistrados; (3) indenização de férias de ex-servidores e inativos; (4) acertos financeiros nos ingressos e aposentadoria/pensão de servidores e magistrados; e (5) acertos financeiros nas designação e dispensa de FC/CJ.

O resultado dos trabalhos consta do relatório 0297107. As análises apontaram que:

- (1) nos processos de acertos financeiros de desligamentos de servidores/magistrados, avaliados durante a execução dos trabalhos de auditoria, foram identificadas falhas pontuais, erros materiais e imprecisões na metodologia de cálculo que impactaram na apuração de valores pagos/descontados dos servidores/magistrados;
- (2) os valores creditados a título de indenização de férias a magistrados, analisados no ano de 2024, apresentaram conformidade com a norma vigente;
- (3) quanto aos valores pagos aos ex-servidores e servidores inativos a título de indenização de férias, foram identificadas falhas pontuais, erros materiais e imprecisões na metodologia de cálculo que impactaram na apuração de valores pagos/descontados dos servidores;
- (4) das admissões de novos servidores/magistrados, bem como das concessões de aposentadorias e pensões, os acertos financeiros foram processados conforme os documentos que instruíam os autos e a legislação vigente, apontando para regularidade dos atos inerentes aos trâmites processuais;
- (5) quanto à análise dos processos de trabalho relacionados a designação e dispensa de FC/CJ, constatou-se que os procedimentos adotados pela área de gestão de pessoas garantiram a plena regularidade dos atos processuais em 2024, em conformidade com a norma vigente.

Ainda, concluiu-se quanto aos aspectos relacionados à conformidade com a regulamentação vigente e aos controles internos administrativos, que os procedimentos relativos aos institutos remuneratórios contemplados na auditoria no exercício de 2024, fornecem razoável segurança ao processo de trabalho da folha de pagamento. Registrou-se, também, o esforço da Administração para a regularização dos Achados (ACHs) de anos anteriores.

2.2.1.3 - AUDITORIA DOS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Os trabalhos relacionados às nomeações de magistrados e servidores concentraram-se no TRF2, uma vez que a SGP/TRF2 processa tais atos de forma centralizada na JF2. Os atos de nomeação de magistrados e servidores são editados pela Presidência do TRF2 antes de seu encaminhamento ao E. TCU por meio do sistema e-Pessoal. O escopo da auditoria das nomeações de magistrados e servidores abrangeu a totalidade dos processos desta natureza concluídos no ano de 2024 e seus resultados constam do relatório 0387762, onde verifica-se que no curso do trabalho foi emitido Achado de Auditoria TRF2 N° 6/2024, recomendando a melhoria e a uniformização das rotinas de trabalho nas áreas de gestão de pessoas de toda a Justiça Federal da 2ª Região.

Em que pese a emissão do achado de auditoria, a equipe conclui que:

(1) os processos administrativos de nomeação para cargo efetivo foram corretamente instruídos, com a inclusão de todas as informações e documentos necessários, em atendimento à Resolução CJF nº 643/2020. Além disso, o formulário e-Pessoal foi preenchido e encaminhado conforme a IN TCU nº 78/2018, sem identificação de inconsistências;

(2) nos processos de ingresso de servidores requisitados e pessoas sem vínculo com a Administração Pública para cargos comissionados ou funções de confiança, foram constatadas falhas pontuais na instrução dos autos, incluindo inconsistências documentais, ausência de padronização nos procedimentos de guarda desses documentos e entrada em exercício sem a devida publicação dos atos de designação. Apesar dessas desconformidades, os impactos foram considerados de baixa criticidade, sem prejuízo significativo à Gestão;

(3) as unidades responsáveis já adotaram ou estão em processo de implementação de medidas para corrigir as falhas identificadas, sendo necessário acompanhamento contínuo para garantir a regularização e padronização das rotinas.

Por fim, a equipe de auditoria concluiu não haver desconformidades que impactem negativamente a gestão.

2.2.1.4 - AUDITORIA DOS PROCESSOS DE PASSIVOS DE PESSOAL

Os passivos de pessoal, tal qual as folhas de pagamento (FOPAGs), são processados em duas unidades de gestão de pessoas distintas na JF2. Os passivos da SJES são processados pela DGP/SJES, enquanto que os passivos do TRF2 e da SJRJ são processadas separadamente, pela SGP/TRF2, com a peculiaridade de que a SGP/SJRJ é responsável pelo fornecimento de seus dados cadastrais. A ordenação de despesa é feita de forma individual, pelas Secretarias Gerais (SGs) do TRF2 e das Seções Judiciárias, que são responsáveis apenas pelas informações de seus respectivos passivos. No ano de 2024, as unidades de auditoria interna da JF2 realizaram trabalhos integrados, respeitadas suas peculiaridades tais como tamanho das equipes e volume de passivos processados por cada Órgão.

O resultado dos trabalhos realizados constam do relatório 0297338, e as análises evidenciaram que:

(1) os processos administrativos sobre o reconhecimento, atualização e pagamento de passivos foram instruídos corretamente, contemplando todas as informações e documentos necessários à elaboração dos cálculos;

(2) os valores nominais foram apurados pela área de pagamento de pessoal de acordo com a legislação vigente;

(3) os cálculos realizados pelas unidades da área de Gestão de Pessoas para apuração dos valores devidos estavam em conformidade com os índices de correção divulgados pelo CJF e com a legislação vigente;

(4) os cálculos e pagamentos de passivos descritos nos processos que compõem o Formulário 11 estão corretos e foram realizados de acordo com a norma em vigor.

Por fim, a equipe de auditoria constatou que os procedimentos e rotinas de controle adotados pela SGP/TRF2, pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas (RJ-SGP) e pela DGP/SJES ocorreram de forma clara, correta e transparente, concluindo-se pela regularidade dos atos.

2.2.1.5 - AUDITORIA DOS PROCESSOS DE REEMBOLSO DE REQUISITADOS

Os processos de reembolso de requisitados referem-se à restituição das parcelas remuneratórias pagas pelos órgãos de origem aos servidores de Estados e Municípios cedidos à JF2. Tal apuração depende do encaminhamento de ofício com pedido de reembolso pelos órgãos cedentes às Administrações do TRF2 e das Seções Judiciárias. No ano de 2024, as unidades de auditoria interna da JF2 realizaram trabalhos integrados, respeitadas suas peculiaridades tais como tamanho das equipes e volume de processos de reembolso tramitados por cada órgão. O resultado dos trabalhos realizados consta do relatório 0297118 e as análises evidenciaram que:

(1) a documentação suporte que embasa o direito do reembolso ao órgão de origem foi apresentada para os processos/servidores e para os meses do ano de 2024, incluindo gratificação natalina, salvo em relação a algumas situações registradas nas notas de auditoria emitidas pela equipe da SJRJ;

(2) os valores discriminados nas planilhas de reembolso e corroborados pelos contracheques apresentados estão corretos, salvo em relação a algumas situações registradas nas notas de auditoria emitidas pela equipe da SJRJ; e

(3) os valores de reembolso foram corretamente repassados para os órgãos de origem, salvo nas situações encontradas nas Notas de Auditoria emitidas pela equipe da SJRJ.

Por fim, a equipe de auditoria registrou que, apesar da importância do saneamento das situações desconformes registradas nas notas de auditoria, essas não foram capazes de impedir que os processos relativos ao reembolso de servidores requisitados observassem os requisitos das leis e dos normativos que regem a matéria, concluindo que não houve impacto significativo na gestão. No entanto, a equipe técnica da SJRJ ressaltou que os procedimentos e rotinas de controle adotados naquela Seccional ainda estão em fase de consolidação de aderência aos requisitos legais vigentes.

2.2.1.6 - AUDITORIA DAS AUTORIZAÇÕES DE ACESSO/DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

(IN TCU 87/2020)

Os procedimentos referentes às autorizações de acesso à base de dados das Declarações de Bens e Rendas apresentadas pelos servidores e magistrados, no âmbito da JF2, são reguladas nas Leis nº 8.429/1992 e nº 8.730/1993, Resolução CJF-RES-20214/00282, Resolução CJF-RES-2020/00643, bem como na Instrução Normativa do TCU nº 87/2020, que determinou que todas as autoridades que exerçam cargos eletivos ou não, todos os servidores, efetivos ou não, e empregados públicos da administração direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes da União, nos termos dos incisos I a VII do art. 1º da Lei 8.730/1993, quando da posse ou da entrada em exercício, devem autorizar o acesso do TCU à sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF. No ano de 2024, as unidades de auditoria interna da JF2 realizaram trabalhos integrados, respeitadas suas peculiaridades tais como tamanho das equipes e volume de processos de cada órgão.

O resultado dos trabalhos realizados consta do relatório 0388518, e as análises evidenciaram que:

(1) os servidores e magistrados que iniciaram suas atividades na JF2 por qualquer instituto de admissão, de janeiro a dezembro de 2024, autorizaram o acesso ao Tribunal de Contas da União aos dados de bens e rendas das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e suas respectivas retificações.

(2) as áreas de gestão de pessoas encaminharam ao TCU, por meio eletrônico, a lista atualizada dos agentes públicos, em atendimento ao artigo 2º da IN TCU nº 87/2020.

Por fim, a equipe de auditoria concluiu que os procedimentos e rotinas de controle adotados pelas áreas de Gestão de Pessoas da JF2 ocorreram de forma clara, correta e transparente, concluindo-se pela efetividade dos controles administrativos adotados e consequente regularidade dos atos.

2.2.2 - GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

2.2.2.1 - LICITAÇÕES E CONTRATOS (INCLUSIVE ADITAMENTOS/REPACTUAÇÕES/APLICAÇÃO DE PENALIDADES)

Os procedimentos licitatórios e a celebração de contratos, aditamentos e a análise de aplicação de penalidades, relativas às contratações, são realizadas de forma descentralizada na JF2. O TRF2 e as Seções Judiciárias possuem estruturas próprias encarregadas das fases de planejamento, seleção e contratação. No ano de 2024, as unidades de auditoria interna da JF2 realizaram trabalhos integrados; entretanto, com escopos que variaram em função do tamanho das equipes e volume de contratações processadas por cada Órgão.

O resultado dos trabalhos consta do relatório 0808057, no qual se verifica que foram emitidos 2 achados de auditoria na 2ª Região para o exercício, são eles o TRF2 1/2025 (0401184), que trata de desconformidade no Estudo Técnico Preliminar (ETP), e TRF2 2/2025 (0403696), que trata de execução contratual sem exigência da garantia correspondente.

Na sequência, a equipe de auditoria concluiu que as impropriedades encontradas são de baixa e média criticidade e não impactaram a eficiência das operações dos órgãos, muito menos acarretaram risco ou prejuízo ao erário. Assim sendo, ao término dos trabalhos de execução, foi consignado que:

(1) os procedimentos licitatórios, incluindo-se as fases interna e externa, atendem às regras e regulamentos aplicáveis;

(2) os procedimentos de contratação direta atendem às regras e regulamentos aplicáveis;

(3) os instrumentos celebrados obedecem às condições, regras e aos regulamentos aplicáveis;

(4) os instrumentos celebrados estão em conformidade com o registrado no resultado do procedimento licitatório, nos casos de pregão, e possuem a devida autorização da autoridade competente, nos casos de contratações diretas; e

(5) os instrumentos celebrados possuem divulgação adequada e se encontram disponibilizados nos canais competentes.

Por fim, a equipe de auditoria concluiu que, a exceção dos casos ressaltados nos achados TRF2 1/2025 (0401184) e 2/2025 (0403696), procedimentos e rotinas de controle adotadas pelos setores envolvidos nos processos de contratações e celebração dos ajustes decorrentes das aquisições realizadas, no exercício 2024, ocorreram de forma clara, correta e transparente, confirmando a efetividade dos controles administrativos adotados e a consequente regularidade dos atos.

2.2.2.2 - EXECUÇÃO DA DESPESA E GESTÃO CONTRATUAL

Os procedimentos relativos à execução física, financeira e orçamentária das contratações são realizados de forma descentralizada na JF2. O TRF2 e as Seções Judiciárias possuem estruturas próprias encarregadas do acompanhamento da execução contratual, até a efetiva entrega do bem adquirido ou serviço contratado. No ano de 2024, as unidades de auditoria interna da JF2 realizaram trabalhos integrados, utilizando o mesmo programa de trabalho,

entretanto, os escopos variaram em função do tamanho das equipes e volume de contratações processadas por cada órgão.

O resultado dos trabalhos consta do relatório 0786621, no qual se verifica que não houve emissão de achados de auditoria (ACH) na 2ª Região no exercício.

Na sequência, a equipe de auditoria concluiu que as impropriedades encontradas são de baixa e média criticidade e não impactaram a eficiência das operações dos órgãos, muito menos acarretaram risco ou prejuízo ao erário. Assim sendo, ao término dos trabalhos de execução, foi consignado que:

(1) as fases da despesa pública foram realizadas segundo as normas em vigor;

(2) os aspectos tributários relacionados à execução da despesa ocorreram segundo a legislação de referência vigente; e

(3) os aspectos relacionados à regularidade formal da execução da despesa estão sendo observados pelos setores envolvidos.

Por fim, a equipe de auditoria concluiu que, de forma geral, os procedimentos e rotinas de controle adotadas na Justiça Federal da 2ª Região pelos setores envolvidos nos processos de execução orçamentária e financeira decorrentes da contratação de bens e serviços ocorreram de forma clara, correta e transparente. Concluiu-se, dessa maneira, pela efetividade dos controles administrativos adotados e pela consequente regularidade dos atos praticados.

2.2.3 - GESTÃO DOS PRECATÓRIOS E REQUISITÓRIOS DE PEQUENO VALOR (RPV)

O pagamento de precatórios e RPVs, no âmbito da JF2, é realizado pelo TRF2 mediante depósitos em contas individualizadas, abertas nos bancos oficiais, observando-se a ordem cronológica de apresentação das requisições e as preferências legais, conforme determinação das normas vigentes. Os levantamentos, em regra, são feitos diretamente pelos beneficiários, dispensando a apresentação de alvará judicial. A partir do mês de outubro de 2018, o processamento de precatórios e RPVs na JF2 passou a ser efetuado no sistema e-Proc, tendo os antigos sistemas de precatórios (SPRC, SRPV e SJEF) sido descontinuados, restando apenas um resíduo de parcelamento de anos anteriores, que permanecem nos bancos de dados desses sistemas.

Ao contrário dos sistemas legados, que possuíam perfis de acesso específicos para auditoria e que permitiam a geração de relatórios para auditoria dos pagamentos diretamente a partir dos bancos de dados da base de produção, o sistema e-Proc não possui tal funcionalidade. Como consequência, foi solicitado o auxílio do Núcleo de Estatística (NUEST/TRF2) à Presidência do TRF2, a fim de que fosse viabilizada a extração de relatórios com os dados necessários à realização do trabalho. A partir do recebimento dos bancos de dados extraídos do e-Proc, a equipe de auditoria da SAI/TRF2 pode iniciar o trabalho, cujo escopo compreende a análise da conformidade de 100% dos pagamentos de Precatórios e RPVs realizados com recursos federais, no exercício.

Ressalta-se que, desde o final de 2021, os pagamentos de precatórios vinham sendo realizados de acordo com as regras trazidas pelas emendas constitucionais 113/2021 e 114/2021. No entanto, em dezembro/2023, com o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal - STF, das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs 7047 e 7064, contra as Emendas Constitucionais 113/2021 e 114/2021, foi determinada a realização dos pagamentos dos valores remanescentes das propostas de 2022 e 2023 e parte da proposta de 2024, totalizando o montante de R\$ 18.416.189.948,12. Por fim, no ano de 2024, foi realizado o pagamento do restante da proposta de 2024, referente aos precatórios expedidos no período compreendido entre 03 de abril de 2022 e 02 de abril de 2023, no montante de R\$ 2.343.958.507,05, bem como os RPVs autuados no período.

O resultado dos trabalhos consta do relatório 0698694 e as análises evidenciaram que:

(1) a migração dos dados do e-PROC para o SIAFI, dos requisitórios a serem pagos, foi devidamente efetuada;

(2) foi respeitada a ordem cronológica de inscrição e preferências legais para a realização dos pagamentos de requisitórios;

(3) os requisitórios foram devidamente atualizados;

(4) o valor dos requisitórios de pequeno valor (RPVs), antes da atualização, obedece ao limite legal de 60 salários mínimos.

Por fim, a equipe de auditoria concluiu, quanto aos aspectos relacionados à conformidade com a legislação vigente, que os processos de pagamento de RPVs, de precatórios alimentares, de precatórios comuns, de devoluções de valores de requisitórios, e de recolhimento de valores referentes ao PSS atendem às normas e legislações vigentes.

2.3 - AUDITORIAS ESPECIAIS

Além da Auditoria de Contas realizada no âmbito da JF2, foram realizadas três auditorias especiais, sendo uma dirigida em âmbito nacional pela SAI/CNJ e duas dirigidas pela própria SAI/TRF2, conforme segue.

2.3.1 - AUDITORIA COORDENADA CNJ (POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO À

PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO)

A auditoria coordenada do CNJ concentrou-se no exame da conformidade da aderência da JF2 à política instituída pela Resolução CNJ nº 255/2018. Foram analisados programas e procedimentos destinados a promover a equidade socioprofissional entre homens e mulheres, assim como a inclusão institucional das mulheres, consoante com as medidas previstas na referida resolução, e suas alterações, e no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE), da Rede Equidade.

O resultado dos trabalhos consta do relatório 0004611 e as análises evidenciaram as seguintes deficiências, no momento da avaliação (agosto/2024):

(1) no eixo Estratégia, Governança e Accountability a JF2 apresentava baixa ocupação feminina em cargos de segunda instância; falta de diretrizes para designação equânime de mulheres em cargos de chefia/assessoramento; e ausência de divulgação periódica das iniciativas e resultados (achados de auditoria 0000219, 0000222 e 0000224);

(2) no eixo Gestão Inclusiva a JF2 apresenta a inobservância de critérios de diversidade de gênero em capacitações e eventos e falta de monitoramento contínuo da participação feminina na força de trabalho (achados de auditoria 0000220, 0000272, 0000225).

Por fim, como pontos positivos, a equipe de auditoria ressaltou a preocupação da gestão com temas relacionados ao objeto auditado, quais sejam: combate a assédio moral e sexual, violência doméstica e familiar e violência contra a mulher, e, ainda, a implementação de ações com foco em acessibilidade, inclusão e diversidade de gênero, raça e orientação sexual.

2.3.2 - AUDITORIA ESPECIAL NO CCJF

A auditoria especial demandada pela E. Presidência do TRF2 no Centro Cultural da Justiça Federal - CCJF teve por finalidade avaliar a aplicação de recursos oriundos da prestação pecuniária, aplicada como pena substitutiva ou como condição para celebração de acordo de não persecução penal, na forma do que determinam as Resoluções CNJ-2012/00154, CJF-2014/00295 e o art. 28, Código de Processo Penal (CPP).

O resultado dos trabalhos consta do relatório 0130042 e as análises evidenciaram:

(1) falhas no que diz respeito ao cumprimento das Resoluções CNJ-2012/00154, CJF-2014/00295 e CNJ-2024/00558, que tratam especificamente da gestão de valores decorrentes da aplicação da pena de prestação pecuniária; e

(2) não atendimento às Resoluções CJF-2017/00462 e CJF-2024/00880, normas relativas à administração de bens móveis no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Considerando as falhas reportadas referem-se a eventos passados e que os procedimentos referentes ao item 1 foram objeto de determinação imediata de saneamento por parte da Presidência do TRF2, permanecerá em monitoramento em 2025 apenas a desconformidade referente o item 2

2.3.3 - AUDITORIA DE GOVERNANÇA COM FOCO EM INTEGRIDADE (RESOLUÇÃO CNJ 410/2021)

A auditoria especial teve como objetivo avaliar a maturidade do órgão no que diz respeito à implantação de sistema de integridade no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, com base nas normas gerais estabelecidas pelo CNJ na Resolução nº 410/2021 e nos princípios, diretrizes, instrumentos para a prevenção, detecção e punição de fraudes, atos de corrupção e demais desvios de conduta ética e violações à cultura de integridade instituída no seu âmbito, propostos pela Resolução TRF2-RSP-2024/00066, que instituiu o Plano de Integridade e *compliance* da JF2.

O resultado dos trabalhos consta do relatório 0756921 e as análises evidenciaram:

(1) existência de Plano/Programa de Integridade que contempla a caracterização do órgão, as ações das unidades de que tratam das funções de integridade, os riscos para a integridade e as medidas para seu tratamento e a previsão sobre a forma de monitoramento e sua atualização periódica, adotando-se como boa prática os parâmetros estabelecidos pela Portaria nº 57/2019, do Ministério da Transparência, Controle e Fiscalização (CGU);

(2) existência de Código de Ética e de Conduta próprio da JF2 que assegura a preservação de sua visão, missão e valores;

(3) ausência de identificação, análise e priorização dos riscos relacionados à integridade;

(4) ausência de medidas específicas para tratamento dos riscos à integridade mais relevantes identificados;

(5) inexistência de canal específico para realização de denúncias sobre desvios éticos, fraude e corrupção, de fácil acesso ao público interno e externo;

(6) inexistência de plano de capacitação periódico relativamente ao tema ética, fraude e corrupção que contemple a participação de magistrados, servidores e demais colaboradores, inclusive, no programa de ambientação de novos servidores e magistrados;

(7) inexistência de Plano de Comunicação que promova a constante divulgação e conscientização de padrões éticos para magistrados, servidores e colaboradores;

Por fim, a equipe de auditoria adotou uma escala análoga a do referencial e-Prevenção do TCU, cujos níveis de adequação correspondem à inicial (até 20%), básico (de 21% até 40%), intermediário (de 41% até 60%), aprimorado (de 61% até 80%) e avançado (de 81% até 100%), para concluir que, estando 2 das 7 diretrizes do Plano de Integridade instituído pela TRF2-RSP-2024/00066, já implantadas, o TRF2 encontra-se situando no nível básico (29%) de implementação. Ainda, em sendo cumprido o cronograma estabelecido pela Administração para a implementação das 5 diretrizes faltantes, espera-se que em 2025 o TRF2 atinja o nível intermediário, mas tal situação deverá ser monitorada ao longo do exercício.

3 - MONITORAMENTO DE ACHADOS/RECOMENDAÇÕES DE ANOS ANTERIORES

Acerca do monitoramento de achados/recomendações de anos anteriores a 2024, faz-se relevante relatar, brevemente, o histórico da implantação das atividades de auditoria interna na JF2.

As atividades de auditoria interna, executadas nas unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), passaram a contar com normas técnicas procedimentais com vistas a planejar, executar, reportar e monitorar resultados de auditorias internas, na forma que hoje conhecemos, a partir da edição da Resolução CNJ 171/2013 substituída, posteriormente, pelas Resoluções CNJ 308 e 309/2020. Foram ao todo 7 anos de vigência da norma inaugural, que podem ser considerados como de adaptação e aprendizado, tanto para as equipes de auditoria, quanto para as unidades auditadas, visto que, até o ano de 2013, as antigas setoriais e seccionais de controle interno estavam integradas aos processos de trabalho das Administrações, como segunda linha de defesa de suas estruturas de controles internos, realizando registros contábeis e participando de atos de gestão. Portanto, a partir de 2013, foi necessário estruturar, gradualmente, os trabalhos de auditoria interna, primeiro no Tribunal e depois nas Seções Judiciárias.

Conforme pode-se verificar na aba auditoria interna, da página da transparência da JF2 (<https://www.trf2.jus.br/trf2/portal-transparencia/planos-de-auditoria-interna>), a evolução dos planos anuais de auditoria revelam uma maior alocação de horas/servidores nos trabalhos do TRF2 desde o ano de 2014, visto que as equipes das Seções Judiciárias são mais reduzidas e que suas Administrações enfrentaram maiores dificuldades em realocar, de forma imediata, as atividades incompatíveis com as novas atribuições técnicas das unidades de auditoria interna para outras áreas administrativas. Como resultado, apenas em 2018, as atividades de auditoria interna ganharam maior corpo e sistemática na 2ª Região, mormente, após a criação da Assessoria Jurídica, Contábil e de Conformidade (AJUC/SG) no TRF2, que absorveu inúmeras atividades antes realizadas pela antiga Secretaria de Controle Interno (SCI/TRF2), permitindo que a unidade de auditoria interna do TRF2 pudesse dedicar-se às novas atribuições focadas na realização sistemática de ações de auditoria, conforme previsto na Res. CNJ 171/2013, e desse impulso ao mesmo processo nas Seções Judiciárias.

Importante ressaltar, também, que entre os anos de 2014 e 2017, os relatórios de auditoria e seus respectivos achados/recomendações careciam de uma padronização, já que o conhecimento das equipes acerca da matéria ainda estava em evolução, motivo pelo qual pode-se observar diversos padrões de reporte, quando se olha para trás. Ficava a cargo de cada equipe e de cada supervisor de trabalho definir o formato de seu relatório e a estrutura de seus achados/recomendações, que podiam constar de apêndices, anexos, ou mesmo, do corpo dos relatórios, geralmente produzidos em formato ".doc" e convertidos para ".pdf" para serem anexados ao respectivo processo de auditoria. Esta situação perdurou até 2019, quando adotou-se, regionalmente, o formulário "Achado de Auditoria" (ACH), criado em 2018, e o modelo documental "Relatório" (REL), ambos do SIGA-doc. Por fim, com a adoção do sistema SEI pela JF2 em 2024, os documentos do SIGA foram migrados para o SEI, recebendo novos números, sem, no entanto, haver alteração nos modelos dos formulários.

A propósito, o produto final das ações de auditoria são, exatamente, os relatórios de auditoria e seus respectivos achados/recomendações que seguem para ciência e deliberação da Alta Administração. Tais achados/recomendações apresentam as desconformidades legais e as deficiências ou inexistência de controles internos, além de quaisquer outras impropriedades identificadas no curso do trabalho, que, na opinião da equipe de auditoria, representem um risco para o gestor e, por isso, merecem ser reportadas. Por vezes, tais achados/recomendações são prontamente acolhidos e saneados pelo gestor; no entanto, existem casos em que os procedimentos necessários ao saneamento demandam esforços que atravessam mais de uma gestão. Por este motivo, permanecem em monitoramento nas unidades de auditoria interna até que sejam totalmente atendidos ou, eventualmente, percam o seu objeto, seja pelo decurso do tempo, ou por alterações subsequentes nos normativos, nos sistemas, ou nos processos de trabalho em que a equipe de auditoria se embasou para constituí-los.

No ano de 2024, as ações de monitoramento de Achados/Recomendações de anos anteriores foram realizadas pelas unidades de auditoria interna da Justiça Federal da 2ª Região (JF2), no bojo das ações de auditoria de mesmo tema, previstas no Plano Anual de Auditoria (PAA2024), nos termos do § 2º, art. 57 da Resolução CNJ 309/2020.

3.1 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

No TRF2, foram reiterados 16 achados/recomendações de anos anteriores, conforme tabela abaixo:

ACHADO/RECOMENDAÇÃO	MONITORAMENTO
AUDITORIA INTEGRADA: REPACTUAÇÃO, REAJUSTE, REVISÃO E RETENÇÕES TRABALHISTAS - EXERCÍCIO 2016	
0001117-16.2025.4.02.8000 (Recomendação nº 5 - Apêndice H - Recomendações do OCI - observar o prazo máximo de 60 dias para a concessão de repactuações)	Item 5 do Relatório 0808057
AUDITORIA DE CONFORMIDADE: CESSÕES E REQUISIÇÕES - EXERCÍCIO 2020	
0003543-98.2025.4.02.8000 (Recomendação 2 do TRF2-ACH-2020/00003 - Manutenção indevida das parcelas da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e do Adicional de Qualificação (AQ) na remuneração de servidor cedido ao Estado)	Item 3 do Relatório 0297118
AUDITORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO - EXERCÍCIO 2020	
0004373-98.2024.4.02.8000 (TRF2-ACH-2021/00008 - Apuração da contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS em desconformidade com regulamentação vigente)	Item 3 do Relatório 0297107
AUDITORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO - EXERCÍCIO 2021	
0004347-03.2024.4.02.8000 (TRF2-ACH-2022/00002 - Apuração inadequada da base de cálculo da contribuição para o Regime de Previdência Complementar e utilização de rubricas indevidas)	Item 3 do Relatório 0297107
AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - EXERCÍCIO 2022	
0000828-83.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/0001 - Deficiência nos controles da prestação de garantia nos contratos de serviços e da aplicação de penalidade)	Item 5 do Relatório 0808057
AUDITORIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM SUSTENTABILIDADE - EXERCÍCIO 2022	
0002772-23.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2022/00009 - O TRF2, na aquisição de bens, não exige que os mesmos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável)	Item 5 do Relatório 0808057
AUDITORIA DA EXECUÇÃO DA DESPESA E GESTÃO CONTRATUAL - EXERCÍCIO 2022	
0004968-63.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/0002 - Inobservância dos acordos do nível de serviço previstos em contrato e ausência de encaminhamento para análise de penalidade)	Item 3 do Relatório 0786621
AUDITORIA ESPECIAL - ATS MAGISTRADOS - DEZEMBRO/22	

0002773-08.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/00003 - Pagamento de rubricas relativas ao adicional de 1/3 de férias em desconformidade com relatório do NUMAG)	Item 3 do Relatório 0297338
0002774-90.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/00004 - Inconsistências nos pagamentos de rubricas que possuem em sua base de cálculo a GAJU GN)	Item 3 do Relatório 0297338
AUDITORIA COORDENADA CNJ: POLÍTICAS CONTRA ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO - EXERCÍCIO 2023	
0002247-41.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/00008 - Deficiência na institucionalização da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação)	Item 5 do Relatório 0808057
0002326-20.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/00009 -Deficiência nas práticas de Prevenção ao Assédio e à Discriminação)	Item 5 do Relatório 0808057
0002327-05.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/00010 -Deficiência nas práticas de Detecção do Assédio e da Discriminação)	Item 5 do Relatório 0808057
AUDITORIA CONJUNTA CJF: ACESSIBILIDADE FÍSICA E PREDIAL - EXERCÍCIO 2023	
0002764-46.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/00013 - Deficiência nas condições de acessibilidade arquitetônica dispostas em normas técnicas - Prédio Av. Rio Branco - SJRJ)	Item 5 do Relatório 0808057
0002760-09.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/00014 - Deficiência nas condições de acessibilidade arquitetônica dispostas em normas técnicas - Prédio Av. Venezuela - SJRJ)	Item 5 do Relatório 0808057
0002757-54.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/00015 - Deficiência nas condições de acessibilidade arquitetônica dispostas em normas técnicas - Prédio Sede da SJES)	Item 5 do Relatório 0808057
0002727-19.2025.4.02.8000 (TRF2-ACH-2023/00016 - Deficiência nas condições de acessibilidade arquitetônica dispostas em normas técnicas - Prédio Sede do TRF2)	Item 5 do Relatório 0808057

3.2 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Na SJES, foram reiterados 3 achados/recomendações de anos anteriores, conforme tabela abaixo:

ACHADO/RECOMENDAÇÃO	MONITORAMENTO
AUDITORIA ESPECIAL - ATS MAGISTRADOS - DEZEMBRO/22	
0000997-64.2025.4.02.8002 (JFES-ACH-2023/00001 - Incorrecção na atribuição do cargo exercido pelo beneficiário em maio de 2006)	Item 5 do Relatório 0297338
0000998-49.2025.4.02.8002 (JFES-ACH-2023/00002 - Rubrica devida a beneficiário que não foi considerada no cálculo retroativo de ATS)	Item 5 do Relatório 0297338

0000999-34.2025.4.02.8002 (JFES-ACH-2023/00003 - Divergência na apuração de valores em rubricas e competências dos cálculos de ATS retroativos)	Item 5 do Relatório 0297338
---	-----------------------------

3.3 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Na SJRJ, foram reiterados 7 achados/recomendações de anos anteriores, conforme tabela abaixo:

ACHADO/RECOMENDAÇÃO	MONITORAMENTO
AUDITORIA DE CONFORMIDADE: SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES EM FUNÇÕES COMISSIONADAS E EM CARGOS EM COMISSÃO - EXERCÍCIO 2019	
0006681-70.2025.4.02.8001 (JFRJ-ACH-2019/00028 - Incorreção no Pagamento/Reposição de substituição de FC/CJ)	Item 3 do Relatório 0297107
0006681-70.2025.4.02.8001 (JFRJ-ACH-2019/00025 - Ausência de acertos financeiros referentes a substituição de FC/CJ - Reposição de valores - Descumprimento de Portaria)	Item 3 do Relatório 0297107
AUDITORIA: FOLHA DE PAGAMENTO CORRENTE - EXERCÍCIO 2020	
0006681-70.2025.4.02.8001 (JFRJ-ACH-2021/00004 - Pagamento em duplicidade de substituição de FC/CJ)	Item 3 do Relatório 0297107
0006686-92.2025.4.02.8001 (JFRJ-ACH-2021/00005 - Ausência de reposição de valores de Adicional de Periculosidade e de Adicional de Insalubridade)	Item 3 do Relatório 0297107
AUDITORIA ESPECIAL - ATS MAGISTRADOS - DEZEMBRO/22	
0006252-06.2025.4.02.8001 (JFRJ-ACH-2023/00002 - Inconsistências no pagamento de ATS dos magistrados)	Item 5 do Relatório 0297338
0006255-58.2025.4.02.8001 (JFRJ-ACH-2023/00003 - Pagamento de rubricas relativas ao adicional de 1/3 de férias em desconformidade com relatório do NUMAG)	Item 5 do Relatório 0297338
0006256-43.2025.4.02.8001 (JFRJ-ACH-2023/00004 - Ausência de pagamento de diferenças de ajuda de custo devido ao pagamento retroativo de ATS)	Item 5 do Relatório 0297338

Por fim, registra-se o total de 26 achados reiterados no âmbito da JF2.

4 - ASSUNTOS QUE EXIGEM ATENÇÃO SIGNIFICATIVA NA AUDITORIA

Assuntos que exigem atenção significativa na auditoria são aqueles que envolvem (1) distorções relevantes nas demonstrações contábeis, (2) deficiências generalizadas nos controles internos (3) prejuízo/dano ao erário, e (4) fraude. Em caso de ocorrência de alguma dessas situações, as equipes de auditoria devem sinalizá-las no corpo dos achados de auditoria (ACHs), bem como nas conclusões dos respectivos relatórios, para que sejam tratados como achados de contas, que são aqueles que têm a capacidade de modificar o nosso parecer no contexto da auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações.

No ano de 2024, não foram reportados achados de auditoria a serem tratados como achados de contas. Ainda,

não há achados de contas a monitorar de anos anteriores.

5 - ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO

Não há determinações do Órgão de Controle Externo pendentes de atendimento pela Administração ou que tenham demandado acompanhamento por parte das equipes de auditoria interna no ano de 2024.

6 - CONCLUSÕES E PARECER SOBRE AS CONTAS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Examinamos, ao amparo da competência estabelecida no art. 74, inciso IV, da Constituição Federal, e nos termos do art. 9º, inciso III e do artigo 50, inciso II da Lei 8.443, de 16.07.1992, e no art. 13, § 2º, da Instrução Normativa TCU 84/2020 c/c Decisão Normativa TCU 198/2022, as demonstrações contábeis da Justiça Federal de 1º e 2º Grau da Justiça Federal da 2ª Região, compreendendo o Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), a Demonstração dos Fluxos de Caixa, em 31 de dezembro de 2024, e as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Somos independentes em relação à Administração do Tribunal Regional Federal e das Seções Judiciárias integrantes da Justiça Federal da 2ª Região, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com os termos dos art. 19 da Resolução CNJ 309/2020 e art. 39 da Resolução CJF 677/2020.

Com base nas conclusões de cada trabalho de auditoria, descrito no corpo deste Relatório Anual de Auditoria Interna, os quais foram conduzidos em observância às disposições da Resolução CNJ 309/2020 e das Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria Aplicadas ao Setor Público, acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis acima referidas e nossa opinião sem ressalva sobre a conformidade das transações subjacentes.

Os assuntos reportados nos achados de auditoria constantes dos relatórios de cada uma das áreas auditadas, são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos do exercício de 2024. Contudo, por indicarem apenas falhas de controles internos, sem repercussões significativas, esses assuntos não foram capazes de modificar nosso parecer no contexto da auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre tais assuntos. Assim, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados fora deste relatório.

Opinião SEM ressalva, sobre as Contas da Justiça Federal da 2ª Região, relativas ao ano de 2024:

As demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024, da Justiça Federal da 2ª Região, quais sejam, Balanço Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, e as correspondentes notas explicativas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro;

As transações subjacentes às demonstrações contábeis e os Atos de Gestão relevantes, dos responsáveis pela Justiça Federal da 2ª Região, estão de acordo com as Leis e Regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL JUNGER DA SILVA**, Diretor de Secretaria, em 24/03/2025, às 17:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIO CARVALHO CABRAL**, Diretor, em 24/03/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA DIAS COUTO**, Diretora, em 24/03/2025, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA CUCINO TINOCO**, Diretora de Subsecretaria, em 24/03/2025, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO SANTOS TREVISAN**, **Diretor de Divisão**, em 24/03/2025, às 17:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0752825** e o código CRC **EECF8EEF**.

0002885-11.2024.4.02.8000

SEI 0752825v125